

A NORMATIVIDADE NOS DICIONÁRIOS GERAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Flávia ZANATTA¹
Félix Bugueño MIRANDA

RESUMO: Toda obra lexicográfica possui uma inerente função normativa, estando esta posta de maneira explícita ou implícita. Os dicionários gerais de língua portuguesa, por exemplo, parecem lidar de forma muito assistemática com essa função e geralmente não conseguem fornecer ao consulente de forma clara e satisfatória as informações que ele busca para a satisfação e eventual elucidação de suas dúvidas. Tomando por base essas constatações, temos como objetivo neste trabalho apresentar um panorama da normatividade existente nos três principais dicionários gerais de língua portuguesa empregados no Brasil: *Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa*, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* e *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Como metodologia de análise empregamos a estruturação de um dicionário de orientação semasiológica em seus componentes canônicos, isto é, macro-, micro-, medioestrutura e Front Matter (Partes Introdutórias), relacionando suas definições teóricas às informações de caráter normativo que apresentam os três dicionários acima elencados.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia; Dicionários Gerais; Língua Portuguesa; Normatividade

Introdução

Todo falante possui curiosidade sobre a língua que fala, seja porque tem dúvidas quanto à grafia de determinadas palavras, seja porque nem sempre consegue ter convicção sobre alguma significação de uma unidade léxica ou ainda porque sente a necessidade de ser guiado em relação ao emprego de sua língua. Em busca de respostas para a satisfação e eventual elucidação de suas dúvidas, o usuário recorre ao dicionário, mas geralmente se depara com respostas, soluções ou encaminhamentos nem sempre fáceis de serem compreendidos. Essas situações permitem levar a duas constatações: 1) a atividade de produção oral ou escrita está condicionada pelo anseio do falante por uma orientação sobre a forma mais apropriada para se expressar e 2) o dicionário é, por

¹ UFRGS, Instituto de Letras, Departamento de Línguas Modernas. Av. Bento Gonçalves, 9500. CEP 91540-000, Bairro Agronomia, Porto Alegre, RS, Brasil. ffzanatta@gmail.com; felixv@uol.com.br.

natureza, um instrumento apropriado para satisfazer tal anseio. Em consequência dessas premissas, é legítimo questionar-se sobre quais critérios devem ser empregados para gerar uma doutrina da orientação lingüística aplicável ao dicionário e de que forma o instrumento lexicográfico pode transmitir esse tipo de orientação para o usuário. Logo, faz-se fundamental estudar a normatividade lingüística e seu reflexo nos dicionários gerais de língua enquanto materiais de consulta tidos pelos falantes como obras de referência e autoridade. É nesse sentido que desenvolveremos este trabalho. Interessamo-nos avaliar de que forma os três dicionários gerais mais empregados no Brasil - *Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa* (AuE (1999)); *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HouE (2001)); *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (MiE (2007)) - lidam com sua função normativa a fim de obtermos um panorama da normatividade presente nessas obras.

Primeiramente, teceremos algumas considerações acerca da relação entre a norma lingüística e as obras lexicográficas. Em um segundo momento, avaliaremos a estruturação de um dicionário de orientação semasiológica em seus componentes canônicos para que possamos calcular até que ponto as informações através deles fornecidas são de fácil compreensão e úteis para o falante e, finalmente, procederemos à análise dos aspectos normativos presentes nessas obras.

A norma lingüística no dicionário

Lara (2004) estabelece que todo dicionário é um fato de norma e não de sistema, ou seja, que todo dicionário deve se basear no real uso na língua e não em virtualidades/possibilidades oferecidas pelo sistema. Bugueño Miranda (2008) segue esse mesmo raciocínio ao declarar que “eles [os dicionários] nunca vão “a priori” fixando a língua, mas são sempre uma instância “a posteriori” do fato lingüístico,

registrando-o”. Para Narbona Jiménez (2001), todas as decisões normativas devem ser justificadas a partir e para os usuários e devem ser condizentes com as realizações normais e habituais que o uso consagrou.

Pois bem, se o dicionário deve tomar como base a língua realmente empregada por uma comunidade linguística, isto é, a norma real², a dificuldade que se apresenta, sobretudo para o português brasileiro, se assenta sobre o fato de não existirem estudos que permitam estabelecer uma determinada norma real a ser convertida em norma ideal pelo dicionário, a fim de satisfazer o anseio normativo dos falantes apresentando-lhes o que de fato constitui a língua portuguesa empregada no Brasil. Para a instauração de uma teoria da norma ideal a ser representada na obra lexicográfica, é de fundamental importância estabelecer onde buscar uma norma que possa ser empregada como norma ideal³.

Teoria da concepção de um dicionário semasiológico: os componentes canônicos

Como vimos, todo falante tem um anseio normativo e o dicionário é a ferramenta mais empregada para satisfazer tal anseio. Sendo assim, é de suma relevância tratar do tema da normatividade atrelando-o a uma teoria da concepção de um dicionário de orientação semasiológica, posto que é através dos componentes canônicos dessas obras que as informações de caráter normativo serão apresentadas ao

² Utilizamos a terminologia de Coseriu (1962) (1980), para quem a norma corresponde à descrição de diferentes línguas funcionais, que podem ser tanto reais (como realmente se usa a língua) quanto ideais (como a língua deveria ser usada, de acordo com um modelo). A partir disso se pode estabelecer uma divisão da norma em *norma real* e *norma ideal*, ou seja, entre aquilo que os falantes de fato realizam e aquilo que os manuais prescritivos sugerem que deva ser realizado, respectivamente.

³ Acreditamos que a imprensa escrita seja uma base aceitável para se buscar a norma ideal, posto que, de acordo com Peruzzo (2007) a língua funcional dos jornais está sempre no sadio equilíbrio entre a prescrição conservadora (condicionada pelos manuais de redação dos próprios jornais) e a inovação que os usuários (redatores e leitores) dessa norma consideram conveniente. Além disso, a grande diversidade de tipologias textuais favorece o uso de distintos níveis de língua. Já para a língua oral, têm-se os dados do Projeto NURC, que apontam para os usos da língua feitos pelos falantes cultos de cinco capitais brasileiras. É imperativo ressaltar que, ao adotar a norma real presente na imprensa escrita e nos dados do Projeto NURC como norma ideal a ser apresentada pelo dicionário, pode-se satisfazer o anseio normativo intrínseco aos falantes à luz de uma opção metodologicamente sustentável.

consulente. É fundamental, portanto, definir o que concerne a cada componente, buscando sempre a máxima eficiência para o esclarecimento das possíveis dúvidas dos usuários. No caso específico dos dicionários gerais de língua, que são obras de orientação semasiológica, Bugueño Miranda; Farias (2007) propõem que se considere como componentes canônicos a macro-, a micro, a medioestrutura e Front Matter, atentando para o fato de que a qualidade e a efetiva utilidade de uma obra lexicográfica dependem da correta definição desses componentes canônicos. A seguir explicaremos o que concerne a cada um desses componentes.

A macroestrutura

Para Haensch (1982, p.452-457), a questão mais relevante com relação à macroestrutura de um dicionário é a organização dos materiais léxicos de acordo com uma orientação semasiológica ou onomasiológica. Nessa mesma linha, Hartmann (2001) define a macroestrutura como “o conjunto ordenado de todos os lemas”. Landau (2001) traz uma definição mais completa de macroestrura, considerando como problemas de ordem macroestrutural a quantidade de entradas, o tratamento da homonímia, a utilização de subentradas e a lematização dos *idioms*. Em suma, podem-se considerar como referentes ao âmbito macroestrutural todas as questões relacionadas com a seleção e a ordenação do material léxico. Em um dicionário geral, normalmente não há critérios para a seleção do material léxico, dado que esse tipo de obra se caracteriza por recolher o maior número de vocábulos pertencentes a uma determinada língua. Para nosso trabalho, a informação relativa ao âmbito macroestrutural de maior relevância diz respeito à lematização das formas *type* e *token*. A distinção entre *type* (genótipo, protótipo ou forma canônica, de mais prestígio) e *token* (variante ou forma de

menos prestígio)⁴ é de suma relevância para a lematização das formas variantes. Para se lematizar formas variantes em um dicionário geral, é indispensável que se estabeleça previamente uma teoria da norma ideal, pois é a partir dessa teoria que o dicionário poderá estabelecer qual das formas deve ser apresentada ao consulente como *type*.

A microestrutura

De acordo com Haensch (1982, p.461-463) e Hartmann (2001, p.64-65), a microestrutura pode ser definida como o conjunto ordenado de todas as informações dentro do verbete. Contidas na microestrutura temos as informações relativas à forma do vocábulo, tais como categoria gramatical, separação silábica, pronúncia, etimologia, e as informações relativas ao conteúdo semântico da unidade léxica. Tendo em vista que essas informações são de natureza distinta, é pertinente proceder à divisão da microestrutura em dois segmentos funcionais: o comentário de forma e o comentário semântico⁵. Ateremo-nos neste trabalho apenas às questões relativas ao comentário de forma.

No comentário de forma, também denominado “primeiro enunciado” (cf. SECO, 1987, p.16), são apresentadas todas as informações da palavra entrada enquanto signo: categoria gramatical, indicação de valência dos verbos, etimologia, transcrição fonética, marcação diatópica, marcas de nível de uso e de campo do saber a que se relacionam. É de grande necessidade o estabelecimento de parâmetros para a apresentação das orientações de cunho normativo na microestrutura do dicionário, a fim de que elas sejam de fácil compreensão e funcionais, isto é, tenham uma real utilidade para o consulente.

⁴ Com relação à aplicação dos conceitos de *type* e *token* à análise de dicionários de língua, cf. Bugeño Miranda (2005) e (2007b).

⁵ Sobre a distinção entre comentário de forma e comentário semântico, cf. Hartmann (2001, p.65) e Bugeño Miranda (2004).

A medioestrutura

A medioestrutura é um componente ainda pouco estudado pela metalexigrafia. Sabe-se que a medioestrutura constitui o sistema de remissões entre as diferentes partes do dicionário e que, sendo considerada um componente canônico, deve obedecer a determinados princípios de organização.

De acordo com Hartmann, James (2001, s.v. *cross-reference structure*), a medioestrutura pode ser definida como “a rede de referências cruzadas que permite tanto aos autores quanto aos usuários de uma obra de referência localizar material espalhado em diferentes partes [*sc.* de tal obra]”. Para Martínez de Sousa (1995, s.v. *remisión*) a obrigatoriedade da presença do componente medioestrutural se justifica por dois motivos: 1º) para não repetir informação e 2º) para ampliar o conjunto de informações que o usuário procura no dicionário. Em suma, cabe a esse componente estabelecer relações dentro da microestrutura, entre macro- e microestrutura e entre macro- e microestrutura e *outside matter*.

A relevância do estudo do componente medioestrutural dos dicionários gerais de língua reside no fato de que a obra lexicográfica, para apresentar de maneira funcional seu viés normativo, deve estabelecer um sistema de remissões (sobretudo no tocante às variantes ortográficas) que seja simples e objetivo. Para que isso ocorra, é necessário que toda referência medioestrutural 1) leve o usuário rapidamente à informação que o dicionário deseja fornecer, 2) seja sempre elucidativa e 3) seja sempre funcional.

O Front Matter

Para Hartmann (2001), o Front Matter diz respeito à introdução do dicionário e ao índice de abreviaturas lingüísticas. Landau (2001) diz que se trata do material introdutório, de um guia de uso para o consulente, cujo objetivo é descrever da maneira

mais clara possível todo tipo de informação incluída no dicionário. Fato é que o Front Matter não é considerado por muitos autores um componente canônico do dicionário. Bugueño Miranda; Farias (2007), no entanto, o consideram um componente essencial por duas razões. Em primeiro lugar porque permite informar o consulente sobre o que esperar do dicionário, e em segundo lugar, porque serve como manual de instruções para o usuário. É inegável a função essencial do Front Matter para um bom manejo da obra lexicográfica e um bom aproveitamento das informações que fornece. No entanto, essa função será satisfatoriamente cumprida desde que se estabeleça, também para a elaboração do Front Matter, parâmetros bem definidos, assim como se vem tentando estabelecer para os demais componentes canônicos.

Cada um desses componentes, portanto, exerce papel essencial para qualificar e possibilitar um bom desempenho à obra lexicográfica. Entretanto, geralmente encontramos informações normativas em três desses componentes: na macro-, na micro- e na medioestrutura. No componente macroestrutural temos as indicações relativas à ortografia e a inclusão ou não de determinados vocábulos, o que poderia ser entendido pelo consulente como orientação em relação ao caráter instável de tais unidades léxicas na língua. Na microestrutura, mais precisamente no comentário de forma, encontramos informações relativas à pronúncia, ao âmbito de uso (marcação diassistêmica) e ainda na microestrutura, porém não mais no comentário de forma, encontramos informações relativas à morfologia, à sintaxe e ao uso. O componente medioestrutural desempenha uma função normativa sempre que remete o consulente à forma preferencial de uma palavra ou a um modelo de conjugação verbal.

A situação da normatividade nos dicionários gerais de língua portuguesa

De acordo com Ettinger (1982, p.359-389), os dicionários não só informam sobre os elementos léxicos aceitáveis e suas significações, como também fazem afirmações sobre ortografia, pronúncia, nível lingüístico, frequência de uso, etc. Dessa forma, eles contêm, em cada entrada, uma série de indicações de caráter orientativo. Já Welker (2004, p. 183-186), tratando da questão da norma representada nos dicionários, aponta para dois fatores: a existência de dicionários normativos (como os elaborados por instituições como as academias) e o efeito normativo de dicionários em geral. Tais fatores se devem ao fato de que a norma lingüística pode ter duas concepções, como já vimos: a primeira se refere à realidade lingüística, às realizações normais daqueles fatos que existem no sistema da língua e a segunda a algo que tem que ser observado quando se quer escrever ou falar corretamente. É o que nós chamamos anteriormente de “norma real” e “norma ideal”, respectivamente.

Diante do exposto, podemos reforçar a conclusão de que, na verdade, toda obra lexicográfica é normativa por natureza, ainda que não pretenda sê-lo, posto que algumas informações que oferece são, indiscutivelmente, da ordem da prescrição. A seguir faremos um levantamento dos aspectos normativos presentes nas obras que constituem nosso *corpus* de análise, atrelando-os à análise de seus componentes canônicos.

Ortografia

Pode-se dizer que no âmbito ortográfico todo dicionário deve ser normativo, dado que existem leis que regulamentam tal questão⁶ e ainda que o dicionário registre mais de uma forma do vocábulo (caso de variantes ortográficas), ele acaba determinando, através de algum mecanismo, qual das grafias é a preferível. Bugueño Miranda (2007b) aplica à análise das variantes ortográficas em dicionários gerais de

⁶ No Brasil é o VOLP (1999), obra elaborada pela Academia Brasileira de Letras, que desempenha a função de normatizar a ortografia do português.

língua os conceitos *type* (genótipo, protótipo ou forma canônica, de mais prestígio) e *token* (variante ou forma de menos prestígio). No caso específico desse tipo de dicionário, parece não haver um critério bem definido para o estabelecimento da forma *type*, dado que em muitas ocasiões, eles trazem informações divergentes. Vejamos o exemplo de *quatorze/catorze*. HouE (2001) lematiza a forma *catorze* como *type*, ao passo que AuE (1999) e MiE (2007) apresentam como *type* a forma *quatorze*. Nesse aspecto, o dicionário perde consistência e, por conseguinte, qualidade, dado que a falta de critérios para determinar os *types* e *tokens* torna essas informações pouco funcionais para os consulentes, que não poderão confiar completamente no dicionário para resolver este tipo de dúvida. No exemplo acima arrolado, de acordo com o VOLP, as duas formas são igualmente aceitáveis, ou seja, gozam de igual prestígio, sendo que essa informação deveria ser passada ao consulente⁷.

Um caso ainda mais sério é o que envolve as variantes *sernambi/cernambi*. Em AuE (1999) a única forma lematizada é *cernambi*. MiE (2007) e HouE (2001) trazem as duas formas, sendo que em MiE (2007) a considerada *type* é *cernambi* e em HouE (2001) é *sernambi*, com a seguinte informação no lema *cernambi*: “f[orma] a evitar, por *sernambi*”. Recorrendo ao VOLP para tentar obter uma informação mais concreta, nos deparamos apenas com a forma *sernambi*. Levando-se em conta as orientações da ABL, através do VOLP, pode-se dizer que os três dicionários apresentam equívocos: MiE (2007) e HouE (2001) não necessitariam ter lematizado *cernambi* e AuE (1999), que é o caso mais grave, apresenta como forma *type* a variante que nem mesmo é considerada

⁷ Em casos como esse, seria indicado apresentar as duas formas como verbetes completos e não valer-se as sistemática de remissão de uma para outra, dado que essa atitude aponta, inevitavelmente, para uma das formas como sendo preferencial.

pelo VOLP. Pelo critério da frequência, a forma *sernambi* seria a preferencial, com cerca de 4.200 ocorrências frente a *cernambi*, com cerca de 1.000 ocorrências⁸.

Já no caso de *aerossol/aerosol*, no VOLP aparecem as duas formas, fato que nos leva a concluir que as duas formas gozam de igual legitimidade. Os dicionários, no entanto, se comportam de maneiras distintas: AuE (1999) oferece apenas a forma *aerosol*, ao passo que HouE (2001) e MiE (2007) trazem ambas, fazendo remissão da forma *aerosol* para *aerossol*. Novamente AuE (1999) vai de encontro às orientações contidas no VOLP. Porém, nesse caso, o critério da frequência revelou que a forma mais usual é *aerosol*, com 153.000 ocorrências contra 38.500 para *aerossol*. Assim, AuE (1999) seria o único a representar o real uso da língua no Brasil.

Um caso ainda mais complexo é o das variantes *taxonomia/taxinomia/taxionomia/taxeonomia*. AuE (1999) considera *taxinomia* como forma *type*. Já para HouE (2001) a forma *type* é *taxonomia*, sendo que esse dicionário não lematiza a variante *taxeonomia*. MiE (2007) adota como *type* a forma *taxionomia*. Analisando o VOLP encontramos as formas *taxonomia*, *taxinomia* e *taxionomia*, o que indica que as três são igualmente legítimas. Percebemos que cada dicionário elege como *type* uma forma diferente. Isso evidencia claramente o que vínhamos mostrando, que a falta de um critério bem estabelecido para que seja possível encontrarmos uma uniformidade nos dicionários. Isso acontecerá somente quando se houver estabelecido uma norma ideal que reflita a língua efetivamente em uso. Se as três formas que aparecem no VOLP gozam de igual prestígio, então os dicionários deveriam fornecer

⁸ Gostaríamos de salientar que, na falta de um *corpus* próprio, nos valem do site de busca *Google* para efetuar nossas pesquisas quantitativas tendo em vista que tal *corpus* é bastante “democrático”, ou seja, que nele podemos encontrar textos dos mais variados gêneros, sendo que a maioria deles reflete a língua efetivamente em uso. É certo que essa ferramenta possui algumas restrições de ordem técnica, porém ela se mostrou bastante satisfatória para a obtenção das informações que buscávamos: dados relativos à frequência de uso de determinadas unidades léxicas. Para maiores considerações acerca da internet como *corpus*, ver Berber Sardinha (2004: 45-50). É importante também destacar que os números obtidos se referem à busca apenas em páginas do Brasil (opção oferecida pela própria ferramenta de busca).

essa informação ao consulente, e não indicar uma das formas como preferencial. Além disso, percebe-se que não há nenhum critério para tal atitude, dado que cada obra opta por uma forma. Pelo critério da frequência, teríamos com *type* a variante *taxonomia* (151.000 ocorrências no *Google*)⁹.

Com relação aos componentes canônicos, podemos dizer que o tema das variantes ortográficas se reflete em todos eles: no Front Matter, pois é preciso informar ao consulente que critério foi adotado para o estabelecimento de uma ou outra forma como preferencial ou se ambas gozam do mesmo prestígio. No componente macroestrutural, pois se aconselha lematizar todas as formas existentes, a fim de que o usuário possa ter acesso, por exemplo, à significação do vocábulo a partir da variante que conhece, independentemente de ser a forma *type* ou não. No componente microestrutural, porque o dicionário pode optar, para o caso das variantes de mesmo prestígio, trazer o verbete completo como forma de alertar ao consulente que é legítimo o uso de qualquer uma das variantes. No componente medioestrutural por ser ele o responsável pelas remissões de uma forma a outra, quando se trata de casos em que uma variante goza de maior prestígio que a outra.

Pronúncia

A indicação de pronúncia geralmente se dá através da transcrição fonética, sendo que esta é uma questão bastante delicada, primeiro porque em um dicionário semasiológico destinados aos falantes nativos não é tão relevante, pelo menos para a língua portuguesa, já que essa língua tem uma relativa compatibilidade entre a grafia e a

⁹ É certo que quando da elaboração dessas obras não havia uma facilidade tão grande de se trabalhar com vastos conjuntos de massa léxica (*corpora*) como nos dias de hoje. Mas com o avanço da tecnologia e com o oferecimento dessas obras em formato eletrônico ou até mesmo online, como é o caso de MiE (2007), há uma maior facilidade em se manter essas obras o mais atualizadas possível, como já ocorre, por exemplo, com o DRAEo, que constantemente apresenta emendas em alguns verbetes e acrescenta novos vocábulos.

pronúncia¹⁰. Além disso, e de acordo com Jackson (2002, p. 103), os falantes nativos raramente consultam um dicionário em busca de informações relativas à pronúncia. Acreditamos que a única circunstância em que a transcrição fonética poderia ser funcional em um dicionário geral de língua é quando se trata da pronúncia de estrangeirismos, tais como *apfelstrudel*, *know-how*, *stand-by*, *skinhead*, *workaholic*, *paella*, *déjà-vu*, entre outros, pois estes mantêm inalterada a forma ortográfica da língua fonte. Há que se destacar ainda, que nesses casos a indicação da pronúncia é uma informação fundamental, dado que nem sempre há o mesmo respaldo fônico entre as letras da língua de origem dos estrangeirismos e a língua que os incorpora.

Os dicionários gerais da língua portuguesa não costumam apresentar a transcrição fonética (exceto para o caso de estrangeirismos, como dito antes), apenas alguma informação quanto à pronúncia em caso de diferença de significação em função do acento prosódico, em caso de hiatos e do som da letra x. Há ainda o problema das realizações fonéticas múltiplas, isto é, os casos de variação, bastante comuns por sinal. Sendo assim, o lexicógrafo tem que determinar ainda qual variante deve ser usada na transcrição. Welker (2004, p. 114) acredita que deva ser escolhida a representativa da fala das pessoas letradas, por se tratar de uma pronúncia padrão.

Com relação à transcrição fonética, os dicionários em análise se comportam de modo distinto. HouE (2001) traz a transcrição para palavras e locuções de outras línguas (cf. HouE (2001), s.v. *standing*, *stracchino*, *waffle*, *weltanschauung*, por exemplo). Para a transcrição, utiliza o Alfabeto Fonético Internacional, porém com uma transcrição fonética ampla (cf. Hou (2001, p.XIX)). AuE (1999), em seu Front Matter diz que foi utilizado o Alfabeto Fonético Internacional, porém com adaptações. No entanto, nesse

¹⁰ Em se tratando de línguas como o inglês e o francês, por exemplo, nas quais a relação letra/fonema não é tão estável, a transcrição fonética seria funcional. No entanto, há que se lembrar que dependendo do método adotado para a transcrição fonética, não todos os usuários do dicionário vão saber interpretar tais informações.

dicionário a transcrição não é um fenômeno sistemático, visto que na grande maioria dos casos de estrangeirismos não há nenhuma informação quanto à pronúncia (cf. AuE (1999), s.v. *starting gate, sparing, apfelstrudel*, por exemplo). MiE (2007) se vale das letras do alfabeto para a transcrição fonética dos estrangeirismos, porém, assim como em AuE (1999), não é sistemático. Para *light, sketch, software, slide, storyboard* e *off-line* há transcrição, mas para *skate, staff, stress* e *dèjà vu* não.

No tocante à ortoépia, os três dicionários fornecem informações relativas à pronúncia do x (*axila* (cs), *táxi* (cs), *tóxico* (cs), *mixar* (cs), *axioma* (cs), *oxigênio* (cs)) e à abertura ou fechamento das vogais *e* e *o* (*gaveta* (ê), *tapete* (ê), *forno* (ô), *forma* (ô)/(ó), *coco* (ô)/(ó)). Com relação à pronúncia do x, AuE (1999) e HouE (2001) trazem informação também quando o x é pronunciado com som de /z/ (*exame, exato, êxtase, executivo*). AuE (1999) e HouE (2001) trazem informações também para os casos de hiato (*bainha, distribuidor, ruim, contribuinte, ladainha, moinho, juiz*). Em MiE (2007) o consulente pode depreender que se trata de hiato através da separação silábica (*dis.tri.bu.i.dor, ru.im, la.da.i.nha, mo.i.nho, ju.iz*).

A questão da pronúncia está relacionada à microestrutura, mais precisamente ao comentário de forma. Nesse caso, é fundamental que o dicionário estabeleça em quais casos apresentar a informação e como apresentá-la. Aqui também ganha relevância o Front Matter no que concerne à explicação do sistema adotado para a transcrição, dado que são poucos os falantes familiarizados com sistemas como o do IPA, por exemplo. Pode-se também pensar no componente medioestrutural, dado que o consulente pode perceber uma remissão implícita, partindo da transcrição fonética para o Front Matter, para obter alguma orientação para um melhor entendimento dos sinais usados na transcrição.

Morfologia e Sintaxe

Haensch (1982, p.486-491) salienta que se deve distinguir claramente os elementos lingüísticos dos metalingüísticos. Estes dizem respeito à categoria gramatical enquanto aqueles se referem ao lema e suas formas declinadas ou conjugadas. As informações relativas ao que Haensch (1982) chama de elementos lingüísticos são de maior utilidade para o consulente quando este se depara com atividades de codificação, ou seja, de produção na língua. Como aos dicionários semasiológicos em geral são conferidas as duas funções do ponto de vista do circuito da comunicação (recepção e produção) é altamente recomendável que ele forneça o maior número de informações para que o consulente possa se desempenhar bem quando da realização das atividades de produção. Sendo assim, é fundamental averiguar de que forma os dicionários em análise se posicionam frente às orientações no âmbito morfológico.

AuE (1999) apresenta em um pós-comentário de forma, sempre entre colchetes, informações adicionais à definição e que podem ser de natureza explicativa, comparativa ou gramatical:

abade (...) [Fem., nessas acepç.: abadessa (ê), pl. abadessas (ê). Cf. abadessa e abadessas, do v. abadessar.]

abdômen (...) [Pl.: abdomens e (p. us. no Brasil) abdômenes.]

averiguar (...) [Pres. ind.: averiguo (ú), averiguas (ú), averigua (ú), averiguamos, etc.; 1ª pess. sing. pret. perf. ind.: averigüei; pret. imperf. ind.: averiguava, ... averiguáveis, averiguavam; pres. subj.: averigúe, averigúes, averigúe, averigüemos, averigüeis, averigüem. Cf. averiguáveis, pl. de averiguável.]

HouE (2001) fornece informações acerca de plurais irregulares, plural de palavras compostas por hífen, palavras estrangeiras, feminino irregular ou incomum, aumentativos e diminutivos irregulares, superlativo absoluto sintético, dados sobre regência verbal e defectividade, etc. Essa informações aparecem sempre em um apartado encabeçado pelas abreviaturas “GRAM”, “GRAM/USO” ou “USO”:

anão (...) GRAM fem.: *anã*; pl.: *anãos* e *anões* (mais us.)

abdome (...) GRAM/USO a forma *abdômen* tem pl. formal *abdômenes* e pl. informal *abdomens* (sem acento gráfico); essa ambigüidade e relativa dificuldade na flexão da forma *abdômen* levou, no sXX, a uma tendência a empregar a nova forma *abdome*; *abdômen*, no entanto, ainda tem curso

background (...) GRAM pl.: *backgrounds* (ing.)

averiguar (...) GRAM a respeito da conj. deste verbo, ver *-iguar*

MiE (2007) traz em itálico no final do verbete os plurais irregulares, os plurais de nomes compostos com hífen, os femininos e masculinos de formação irregular, os aumentativos e diminutivos irregulares e os superlativos absolutos sintéticos do verbete principal:

anão (...) Fem: *anã*; pl: *anões*, *anãos*, *anães*.

averiguar (...) conjug, pres indic: *averiguo* (*ú*), *averiguas* (*ú*), *averigua* (*ú*), *averiguamos*, *averiguais*, *averiguam* (*ú*); pres subj: *averigúe*, *averigúes*, *averigúe*, *averigüemos*, *averigüeis*, *averigüem*.

Enquanto AuE (1999) e MiE (2007) privilegiam majoritária ou exclusivamente informações relativas à flexão nomina e verbal, HouE (2001) chama a atenção para o uso, ou seja, para como essas unidades vêm sendo empregadas pela comunidade lingüística brasileira.

A indicação de uso sintático configurará um aspecto normativo na medida em que os dicionários apresentem indicações relativas, por exemplo, ao sistema de regência verbal ou nominal, às colocações e combinações lexicais fixas. Zöfgen (1994, apud Welker (2004, p.137)) afirma que nos dicionários é possível se encontrar a dimensão sintagmática em quatro níveis: 1) Em informações sobre a construção/sintaxe (valência); 2) Na forma de uma enumeração de combinações lexicais binárias (colocações); 3) Em combinações lexicais fixas, via de regra lematizadas; 4) Em exemplificações em forma de frases ou partes de frases. Neste trabalho nos ocuparemos,

em função do espaço, unicamente da análise de algumas informações sintáticas relativas à indicação de regência verbal e informações acerca do emprego de pronomes, posto que são fenômenos que se encontram em franco processo de mudança e que evidenciam as variações do português brasileiro em relação à norma padrão vigente.

Em HouE (2001) essas informações aparecem em um campo denominado GRAM ou GRAM/USO, como se pode ver nos exemplos abaixo:

assistir (...) GRAM este v., com o sentido de comparecer, ver, tendo como complemento um pronome pessoal, não admite a forma *lhe(s)*, somente *a ele(s)*, *a ela(s)*: *assisti a ele* (filme) *em Nova Iorque*. GRAM/USO no português do Brasil, é comum o uso, mesmo pelas pessoas cultas e na literatura, deste verbo como *t.d.*: *assistir o filme*, *a sessão* etc.

atender (...) GRAM/USO a gramática tradicional registra para algumas acps. deste verbo regências únicas (p.ex., *t.d.* para as acp. 4, 5 e 7); as regências aqui consignadas, porém, refletem o uso real nas línguas falada e escrita atuais.

preferir (...) GRAM/USO o uso, embora freq. no Brasil, de *preferir* seguido de *do que* (prov. por influência da construção comparativa *mais ... (do) que* [*gosto mais deste do que daquele; prefiro este do que aquele*]) não é aceito pela norma culta da língua, embora se abone em escritores como Mário de Andrade, Cecília Meireles e Oswald de Andrade (...)

Já AuE (1999) traz as informações entre colchetes e localizadas após uma acepção em particular ou ao final do verbete:

assistir (...) [Na acepç. (1) 'estar presente', não admite o pronome *lhe(s)*, mas apenas as f. analíticas, *a ele(s)*, *a ela(s)*. Nota-se, no Brasil, viva tendência para o emprego do verbo em tal acepç., como transitivo direto.

MiE (2007) também traz as informações após as acepções, porém não há nenhum tipo de elemento gráfico que as diferencie das acepções, o que dificulta a leitura por parte do consulente:

assistir (*lat assistere*) *vti* **1** Comparecer, estar presente: *Assistir a um ofício divino. vtd e vti* **2** Acompanhar, principalmente em ato público, na qualidade de ajudante, assessor ou assistente. *vti* **3** Acompanhar,

para dar conforto e consolação ou para tratar na qualidade de médico ou enfermeiro: *Assistir aos doentes, aos presos. vtd e vti* **4** Ajudar, favorecer, proteger, socorrer. *vti* **5** Caber, pertencer: *Não lhe assiste razão para isso. vint* **6** Estar hospedado, hospedar-se em: *Assiste na casa do irmão.* Com o sentido de *comparecer, estar presente*, e tendo como complemento um pronome pessoal, não admite a forma *lhe*, porém *a ele, a ela, a eles, a elas*.

Analisando as informações presentes nos três dicionários, podemos perceber que HouE (2001) é a obra que mais se preocupa em fornecer informações condizentes com a realidade lingüística do Brasil. Além de informar o que é preferencial para a norma padrão atual, ele traz informações acerca do uso real. Para o verbo *assistir* AuE (1999) também traz uma informação relativa ao atual uso da língua, porém para os demais verbos não há nenhum tipo de indicação das mudanças que vêm ocorrendo. Já MiE (2007) não traz para nenhum verbo informações que permitam ao consulente tomar conhecimento da norma real da língua.

Com relação ao uso dos pronomes, extraímos os seguintes exemplos de HouE (2001), nos quais se pode observar a presença de informações baseadas na norma real:

você (...) GRAM apesar de funcionar como forma de tratamento de segunda pessoa, esse pronome leva o verbo para a terceira pessoa GRAM/USO **a**) excetuando-se a região do extremo Sul e alguns pontos da região Norte, no Brasil *você* toma lugar do *tu* como pronome de segunda pessoa (...)

isso (...) GRAM/USO **a**) em português, existe a tríplice oposição *isto/isso/aquilo*, correspondente aos advérbios *aqui, aí, ali ou lá*; no Brasil, porém, *isto* e *isso* são empr. indiferentemente, esp. na língua falada, sendo a forma *isso* a mais freq. para alguns falantes, enquanto para outros é a forma *isto*; mesmo na língua escrita, é comum a troca de um pelo outro

No entanto, o mesmo não ocorre em AuE (1999), que apenas informa sobre as variantes do vocábulo *você*, e MiE (2007), nem sequer lematizou tal vocábulo. Além disso, nenhum dos dois fornece informações sobre a situação do demonstrativo *isso*.

O caso do uso indiscriminado dos vocábulos *onde* e *aonde* é outro exemplo. Nesse caso tanto HouE (2001) quanto AuE (1999) trazem informações referindo-se ao uso indistinto de ambas as formas, porém o que autorizaria esse uso, de acordo com as informações, seria o fato de os escritores clássicos a até mesmo os “de nossos dias” não fazerem distinção entre ambas:

aonde (...) GRAM/USO (...) **2**) é corrente, na linguagem informal, o emprego de *aonde* em vez de *onde*, uso encontrado tb. em escritores clássicos (...)

aonde (...) [Logicamente não seria lícito confundir *aonde*, 'a que lugar', com *onde*, 'em que lugar'; e pela distinção entre um e outro se bateram, e ainda hoje se batem, muitos gramáticos e estudiosos. O uso dos melhores autores, porém, desde um Azurara, da fase arcaica da língua, até um José Régio ou um Miguel Torga, dos nossos dias, não distingue *onde* de *aonde*.

Esses poucos exemplos relacionados a informações de cunho sintático demonstraram a maneira precária como são apresentadas ao consulente, e em casos mais extremos, nem sequer chegam a ser tratadas pelas obras.

Considerações finais

Através do estudo realizado, pudemos constatar que os três grandes dicionários gerais da língua portuguesa em uso no Brasil apresentam inúmeras divergências com relação ao tratamento das informações de cunho normativo. Isso ocorre, em grande medida, porque não há para o português uma norma padrão própria sobre a qual possa se assentar a orientação de viés normativo presente no dicionário, fato que vem corroborar nossas afirmações quanto à necessidade de se buscar uma norma a ser representada nos materiais de consulta que estejam de acordo com a norma real da comunidade lingüística brasileira.

Com relação aos segmentos através dos quais são fornecidas as informações de caráter normativo, nos foi possível verificar que as mesmas se encontram dispersas e, às

vezes mal localizadas, o que dificulta a consulta e o entendimento por parte do usuário. HouE (2001) é o que apresenta uma divisão mais coerente entre os três. Todas as informações de caráter gramatical ou de uso aparecem em seções denominadas GRAM, GRAM/USO ou USO. Na medida do possível, esse dicionário já inclui informações que refletem as mudanças que vêm ocorrendo na língua, o que evidencia uma preocupação com a norma real e não apenas com a norma ideal vigente para o português que, como já vimos, em muitos casos se aplica apenas ao português de Portugal. AuE (1999), por sua vez, se ocupa majoritariamente de informações relativas à morfologia verbal, trazendo poucas informações para os casos em que se observa uma dissonância entre a norma ideal vigente e a norma real. MiE (2007) é o mais deficitário dos três, pois além de não fornecer informações que seriam de grande valia para o consulente, e quando o faz não posiciona as informações de modo que o usuário possa ter acesso a elas facilmente. Geralmente elas aparecem na seqüência das acepções ou junto ao comentário semântico, o que dificulta muito a busca do usuário pela informação.

Referências

FERREIRA, A.B. de H. **Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1 CD-ROM.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. São Paulo: Manole, 2004. 410p.

BUGUEÑO MIRANDA, F. O dicionário como reflexo da língua. **Expressão**, Santa Maria, v.12 n.1, 2008 [no prelo].

_____. O que é macroestrutura no dicionário de língua? In: ISQUERDO, A.N.; ALVES, I.M. (Org.). **As Ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia VOL III**. Campo Grande: UFMS / Humanitas, 2007b, p. 261-272.

_____. O que o professor deve saber sobre a nominata do dicionário de língua. **Revista Língua & Literatura**, Frederico Westphalen, v.6/7, n.10/11, p. 17-31, 2005.

_____. Notícia sobre o comentário de forma e o comentário semântico em um dicionário de falsos amigos espanhol-português. **Expressão**, Santa Maria, v.8, n.1, p. 89-93, jan./jun. 2004.

BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIAS, V.S. Avaliação do programa de informações em dicionários monolíngües de português. In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE

LINGÜÍSTICA APLICADA, 2007, Brasília. **Anais do VIII Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada**. Brasília: UnB, 2007 [no prelo].

COSERIU, E. **Lições de Lingüística Geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980. 130p. [Tradução de Evanildo Bechara].

_____. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Madrid: Gredos, 1962. 323p.

DRAEo. **Diccionario de la Real Academia Española**. Disponível em <http://www.rae.es>.

ETTINGER, S. La variación lingüística en lexicografía. In: HAENSCH, G. et al. **La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982, p. 359-394.

HAENSCH, G. **La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982. 563p.

HARTMANN, R.R.K. **Teaching and researching lexicography**. London: Longman, 2001. 224p.

HARTMANN, R.R.K.; JAMES, G. **Dictionary of lexicography**. London: Routledge, 2001. 176p.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

JACKSON, H. **Lexicography: an introduction**. London: Routledge, 2002. 190p.

LARA, L. F. El diccionario y sus disciplinas. In: **De Lexicografía: actes del I Symposium Internacional de Lexicografía**. Barcelona, 2004, p.89-102.

LANDAU, S. **Dictionaries: The art and craft of lexicography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 494p.

MARTÍNEZ DE SOUSA, J. **Diccionario de lexicografía práctica**. Barcelona: Bibliograf, 1995. 384p.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>.

NARBONA JIMÉNEZ, A. Movimientos centrífugos y centrípetos en la(s) norma(s) del español. In: II CONGRESO INTERNACIONAL DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 2001, Valladolid, Espanha, 2001. **Actas del II Congreso Internacional de la Lengua Española**. Valladolid, Espanha, 2001. (Disponível em: <http://www.cvc.cervantes.es/obref/congresos>. Acesso em 28.07.2008).

PERUZZO, M.S. **Como lidar com os neologismos no texto jornalístico?** 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFRGS, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2007.

SECO, M. **Estudios de lexicografía española**. Madrid: Paraninfo, 1987. 419p.

VOLP (1999). Academia Brasileira de Letras. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1999. (Disponível em: <http://www.academia.org.br/vocabulario/apresentacao.htm>).

WELKER, H. A. **Dicionários: Uma pequena introdução à lexicografia**. Brasília: Thesaurus, 2004. 301p.